

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO CURSO DE LICENCIATURA EM LÍNGUA INGLESA

MIMESSE, Eliane – UTP
emimesse@bol.com.br

XAVIER, Jean – UTP
c.americana@onda.com.br

Área Temática: Formação de Professores
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este estudo pretende investigar como ocorre a formação dos professores de Língua Inglesa nos cursos de Licenciatura. O principal objetivo é o de efetuar uma análise sobre a formação acadêmica recebida durante os anos do curso de licenciatura em Letras-Anglo, focando-se atos e ações concernentes às aulas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Em um segundo momento, procurar-se-á verificar qual a contribuição dessa formação na prática pedagógica dos professores. Questiona-se como a prática dos professores da rede estadual é extremamente diferenciada, se todos os indivíduos pesquisados graduaram-se na mesma instituição de ensino superior?. Os autores que contribuem com esse estudo são: Pimenta (2001), Pimenta & Lima (2004), Sacristán (2000), Romanelli (1999), entre outros. O lócus dessa pesquisa é a cidade de Paranaguá, localizada no litoral do Estado do Paraná, esta cidade conta com uma única instituição estadual de ensino superior. Segundo dados do levantamento efetuado, essa instituição é responsável pela formação da maioria dos professores de Língua Inglesa que ministram aulas na rede estadual de ensino da referida cidade. As fontes dessa pesquisa são os documentos contidos na instituição sobre a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, como também a documentação e legislação referentes à regulamentação das grades curriculares do curso. Serão efetuadas entrevistas com os professores da disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, questionários serão distribuídos aos professores de língua inglesa da rede estadual da cidade de Paranaguá licenciados na instituição. O período estabelecido para esse estudo foi estipulado entre 1960, quando a instituição foi criada e 1996, ano da promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa pesquisa encontra-se em andamento, outras considerações e reflexões sobre a problemática poderão ainda ampliar o universo estudado.

Palavras - chave: Prática pedagógica; Formação de professores; Estágio supervisionado.

Entender e participar do mundo em que está inserido é uma tarefa essencial para os alunos que hoje convivem na sociedade do conhecimento e da informação. Prepará-los para essa tarefa é atributo que cabe também à escola e a seus educadores. A melhoria do ensino depende da formação acadêmica do professor, demanda professores cada vez mais

interessados nos acontecimentos mundiais e preparados para atuarem num contexto sociocultural em constante mudança.

Repensar o ensino é um processo que pode levar as mudanças na abordagem da formação acadêmica dos professores. Quando consideramos que os alunos do curso de licenciatura estão em um processo de formação, parece-nos desejável que sua prática seja constantemente confrontada, questionada e modificada. Essas ações seriam necessárias à atualização deste futuro profissional. Dentre as práticas constantes no processo de formação acadêmica dos professores deve-se considerar a necessidade de se avaliar as experiências anteriores, buscarem-se a justificativa de certas ações e interpretar problemas que ocorrerem no cotidiano.

A formação do professor é preferencialmente vista como algo prático. O conceito de “prática social” tende a ser reduzido ao conceito de “problemas concretos”; e os últimos orientam a formação do professor. Com isso, a formação teórica do educador corre sérios riscos. É importante salientar que muitos de nós colaboramos com esta visão, quando simplesmente propomos uma inversão de ênfase no currículo de formação do professor, defendendo o predomínio da “prática”. (PIMENTA, 2001, p. 65)

Considerando a contribuição do conhecimento da Língua Inglesa para um maior entendimento do mundo, já que a comunicação entre os diferentes povos e nações é, no mundo globalizado, necessidade primordial, permite-se ao cidadão ir além do que sua língua materna permite. O aprendizado da língua inglesa aprimora seu conhecimento de mundo e lhe possibilita o acesso as mais diferentes formas de cultura em diversos campos das áreas humanas, científicas e tecnológicas.

Nas escolas de ensino fundamental e médio, e até em algumas de educação infantil a língua inglesa consta da grade curricular. Essa ação esta fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu a obrigatoriedade da existência no currículo, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. Esta referida legislação e todas as suas antecessoras consideraram essa inserção nas grades curriculares, deste idioma e de outros.

O currículo e a disciplina de língua inglesa.

A grade curricular e o currículo em si serão entendidos por Sacristán (2000), como “objetos que se constroem no processo de configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas práticas pedagógicas e em sua própria avaliação, como resultado das diversas intervenções que neles se operam”. Assim, o desenvolvimento do currículo nas salas de aulas depende das práticas adotadas pelos professores e das relações estabelecidas com os alunos, com os materiais didáticos e com os programas oficiais. O currículo oficial é elaborado por pesquisadores e docentes que nem sempre conhecem as diversidades e as especificidades das escolas. Esse currículo traz conteúdos mínimos obrigatórios das disciplinas e sugestões de atividades mais adequadas a cada conteúdo proposto. O currículo em ação,

[...] na prática real, [é] guiado pelos esquemas teóricos e práticos do professor [e] se concretiza nas tarefas acadêmicas, as quais, como elementos básicos, sustentam o que é a ação pedagógica, assim podemos notar o significado real do que são as propostas curriculares. (SACRISTÁN, 2000, p. 105)

A prática dos professores é, ainda para Sacristán (2000), uma “prática institucionalizada”, decorrente das influências externas e das relações ensino-aprendizagem e professor-aluno. Tem-se, assim, a importância dessa investigação visando à demonstração das verdadeiras proporções das deficiências na formação acadêmica do professor de língua inglesa.

Pretende-se identificar como ocorreu a formação do professor de língua inglesa, a partir da análise da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, em uma faculdade estadual localizada na cidade de Paranaguá. Instituição pública estadual de ensino superior, única a oferecer o curso de licenciatura em Letras Português e Letras - Anglo, no litoral do Estado. Essa faculdade atende alunos que residem nos sete municípios que compõe a faixa litorânea. Suas atividades foram iniciadas em 3 de fevereiro de 1960, sob calendário especial, baixado pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Ainda em 1960, começaram a funcionar as primeiras séries dos cursos de licenciatura em História, Letras Neolatinas, Pedagogia, Matemática e Letras Anglo-Germânicas, já autorizadas pela Presidência da República. No ano de 1963 colocou grau a primeira turma.

O Estatuto das Universidades Brasileiras, datado de 1931, vigorou legalmente até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1961. Segundo Romanelli (1986), a estrutura tradicional de ensino, mesmo após a implantação da nova legislação educacional, foi mantida e o sistema continuou a ser organizado de acordo com a legislação anterior, inclusive o ensino superior que “manteve-se com a mesma estrutura já consagrada antes”.

Pareceres e decretos foram publicados no decorrer dos anos seguintes, modificando e ampliando trechos da então Lei de Diretrizes e Bases. Podem ser indicados como exemplos o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º292/62, o Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 52/65, e a Lei n.º. 5.540/68. O Parecer n.º292/62 estabeleceu a carga horária das matérias de formação pedagógica, para os cursos de licenciatura. Nessa carga horária deveria ser acrescida, aos acadêmicos que quisessem ir além do bacharelado, um mínimo de 1/8 do tempo dos respectivos cursos. Nessa época os cursos eram escalonados em 8 semestres letivos e seriados. O Parecer n.º 52/65 fixou os critérios para a duração dos cursos superiores. Ao invés de uma inflexão em anos de duração, passou-se a dar preferência para horas-aula, como critério da duração dos cursos superiores dentro de um ano letivo de 180 dias. A Lei n.º. 5.540/68 reafirmou os princípios adotados anteriormente, ao serem transformados em leis resultaram em mudanças no ensino superior, exigindo que o mesmo passasse a ser ministrado preferencialmente em universidades e o Conselho Federal de Educação ficou incumbido de estudar um plano de aglutinação dos estabelecimentos isolados de ensino superiores já existentes. Essa prática fazia parte, segundo Romanelli (1986) da política de concentração de esforços e recursos materiais e humanos para uma maior economia de aplicação de recursos e maior produtividade. Refletida na realidade, pelos acordos “de contribuição técnica” entre Brasil e Estados Unidos, ocorridos durante a década de 1960, decorrendo na criação de cursos abreviados para formação de professores, denominados como de licenciaturas curtas. A autora explica a diferença entre o modelo educacional existente no país até a década de 1960 e o modelo implantado no final dessa mesma década:

A diferença, portanto, entre o atual modelo educacional e o antigo modelo da sociedade tradicional consiste em que este conferia ou assegurava *status*, enquanto aquele está acarretando, pela massificação do ensino e perda de poder aquisitivo que o trabalho qualificado pode oferecer ao indivíduo, perda progressiva de *status* pelas profissões de nível superior. (ROMANELLI, 1986, p.204)

As mudanças promovidas pela Lei n.º5.540/68, então conhecida como Reforma Universitária, possibilitaram a organização da estrutura universitária, com a predominância das seguintes características, como nos apresenta Romanelli (1986): integração dos cursos, áreas e disciplinas; a composição curricular que teoricamente atende a interesses individuais dos alunos pela presença de disciplinas obrigatórias e optativas pela matrícula por disciplina; a centralização da coordenação administrativa, didática e de pesquisa; a oferta de cursos de vários níveis e de duração diferente; o incentivo formal à pesquisa; a extinção da cátedra e a ampliação da representação nos órgãos de direção às várias categorias docentes.

Vários pareceres do Conselho Federal de Educação alteraram a composição da grade curricular dos cursos de licenciatura e de sua carga horária. Foram instituídas novas disciplinas às grades curriculares, as denominadas pedagógicas, com maior carga horária, dependendo do tipo de licenciatura que fosse cursada, plena ou curta. Prado (2004) descreve a situação: a licenciatura plena apresentava uma carga horária maior em comparação à licenciatura curta. Esses novos cursos resultavam na formação de profissionais com conhecimentos mínimos específicos para cada nível de ensino. Romanelli (1986) esclarece os níveis de formação:

Formação superior em licenciatura curta, destinada a preparar o professor para uma área de estudos e a torná-la apto a lecionar em todo o 1º grau.

Formação em licenciatura curta mais estudos adicionais, destinada a preparar o professor de uma área de estudos com alguma especialização em uma disciplina dessa área, com aptidão para lecionar até a 2ª série do 2º grau.

Formação de nível superior em licenciatura plena, destinada a preparar o professor de disciplina e, portanto, a torná-lo apto para lecionar até a última série do 2º grau. (ROMANELLI, 1986, p. 250)

Neste ponto faz-se necessário esclarecer-se sobre a criação dos cursos de licenciaturas curtas. Esses cursos, de curta duração em comparação com os existentes até esse momento, foram criados para formar os professores polivalentes, possuidores de uma formação acadêmica com carga horária teórica reduzida, embasada em métodos e técnicas de ensino, mas com pouca ênfase nos conteúdos. Este profissional, segundo explicitado por Prado (2004), seria habilitado a lecionar aos alunos das 5ª e das 6ª séries do 1º grau, mas, em virtude do número reduzido de aulas semanais da disciplina por série, eles acabaram por assumir aulas nas séries subseqüentes quando da falta de profissional habilitado pela licenciatura plena. Apesar de, como foi alertado pela autora acima citada, a remuneração mensal dos professores dependia de sua qualificação profissional, independentemente de qual série

ministrasse suas aulas. Essa situação era considerada corriqueira nas escolas estaduais, na disciplina de Língua Inglesa e em outras nas quais não existiam profissionais habilitados em número suficiente para suprir a demanda do mercado.

Na licenciatura, os estágios eram vinculados ao componente curricular Prática de Ensino, cujo objetivo era de preparar o licenciado ao exercício do magistério em determinada disciplina da grade curricular de 1º ou de 2º grau. Porém, como descrito por Pimenta & Lima (2004) a dicotomia existente entre a teoria e a prática é evidenciada quando os cursos de licenciatura apresentam a teoria colocada no início do curso e a prática colocada no final deles sob a forma de Estágio Supervisionado. Sendo assim, o conhecimento da realidade escolar através dos estágios não “favorece reflexões sobre uma prática criativa e transformadora e nem possibilita a reconstrução ou redefinição de teorias que sustentem o trabalho do professor”.

Ainda segundo Pimenta & Lima (2004) o estágio esta a cada dia mais banalizado, a prática observada e apreendida através do estágio de observação ou de regência deve possibilitar a reflexão sobre o desenvolvimento da aula e da aprendizagem do estagiário, mas o que tem ocorrido é que:

[...] a atividade de estágio fica reduzida à “hora da prática”, ao “como fazer”, às técnicas a serem empregadas em sala de aula, ao desenvolvimento de habilidades específicas do manejo de classe, ao preenchimento de fichas de observação, diagramas, fluxogramas. [...] Atividades de microensino, miniaula, dinâmica de grupo também ilustram a perspectiva em estudo. O entendimento de prática presente nessas atividades é o desenvolvimento de habilidades instrumentais necessárias ao desenvolvimento da ação docente. Um curso de formação estará dando conta do aspecto prático da profissão à medida que possibilite o treinamento em situações experimentais de determinadas habilidades consideradas, *a priori*, como necessárias ao bom desempenho docente. (PIMENTA & LIMA, 2004, p.38)

O que se apresenta, de maneira geral, ainda segundo as autoras referidas acima, é a importação de idéias e técnicas nascidas em outras realidades, em outras áreas de conhecimento, com interesses, necessidades e finalidades, diferentes da realidade observada nas salas de aula das escolas brasileiras. Essa importação acontece em todas as áreas, inclusive na educação, o que os profissionais devem cuidar é na aplicação de ações sem a devida reflexão. Há tempos utilizamo-nos de técnicas, idéias e termos adaptados à escola e a educação, e ainda continuamos no mesmo rumo. É apenas necessário que tenhamos a reflexão pedagógica e o esclarecimento teórico suficiente para discernir o que pode ser utilizado em nosso cotidiano com os conteúdos da disciplina ministrada.

A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado falham ao tentar aproximar-se da realidade da sala de aula e das discussões teóricas no curso de formação de professores. Sendo assim, algumas questões estão implícitas a esta situação. A disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado continua sendo tarefa exclusiva da área de Didática?; Quais os vínculos existentes que proporcionam a integração entre a disciplina e as outras que compõem a área?; Como ocorre a articulação entre teoria e prática na formação acadêmica do professor de língua inglesa?; Qual a real importância expressa pelos alunos às aulas de Prática de Ensino?. Esses questionamentos direcionam a pesquisa às hipóteses para a construção do que foi a formação desses professores no período estudado, e como atualmente se desenvolvem as suas práticas.

As disciplinas que fundamentam a formação do professor pouca contribuição têm fornecido, em virtude de sua articulação com o contexto da prática pedagógica desenvolvida na escola. Pimenta & Lima (2004) apresentam a relação necessária entre prática e teoria, como a dimensão essencial da problemática da formação do professor. É a lacuna existente entre os conhecimentos teóricos e o trabalho prático na sala de aula que reforçam essa idéia. O que ocorre é a ausência de amplos fundamentos teóricos ao professor recém-formado, de modo a não justificar sua prática, ele apenas reproduz o que aprendeu. Deparamo-nos neste momento com a necessidade e importância do estágio no curso de formação de professores. As autoras apontam algumas críticas aos estagiários que evitaram passar horas na sala de aula com outros professores; a banalização dos estágios que são realizados sem uma devida orientação; esses pontos acumulam-se no final do curso de formação e prejudicam a coerência e reflexão teórica do profissional recém-formado. Como segue:

O reducionismo dos estágios às perspectivas da prática instrumental e do criticismo expõe os problemas na formação profissional docente. A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar por que o estágio é teoria *e* prática (e não teoria *ou* prática). De acordo com o conceito de ação docente, a profissão de educador é uma *prática social*. Como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso por meio da educação que ocorre não só, mas essencialmente, nas instituições de ensino. Isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo *prática e ação*. (PIMENTA & LIMA, 2004, p.41)

O desenvolvimento metodológico da pesquisa.

Para que a problemática apresentada possa ser estudada, serão analisados os mais variados documentos que estruturaram, organizaram e regeram o curso de licenciatura em

letras-anglo da faculdade estudada. Foram verificadas atas de reuniões do colegiado do curso, atas de reuniões dos coordenadores das licenciaturas, matrizes curriculares, pareceres, leis, decretos e resoluções. Também serão analisados os documentos referentes à disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, no que se refere à documentação de seus professores, aos planos de ensino da disciplina, relatórios de estágios e todo material relevante que possa ser agregado à pesquisa.

Essa pesquisa é de cunho qualitativo e se utilizará de dois tipos de métodos, em um primeiro momento fará uso da análise documental e no segundo momento os dados serão coletados através de entrevistas abertas e questionários. As entrevistas serão direcionadas aos professores da disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, e os questionários - compostos por questões fechadas - serão entregues aos professores da rede estadual de ensino da cidade de Paranaguá.

A análise documental se constitui em uma técnica valiosa de dados qualitativos, vindo a complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta de dados. Segundo Lüdke & André (1988) o uso de documentos na pesquisa, apresentam uma série de vantagens, porque constituem uma fonte rica que persiste ao longo do tempo e podem ser consultadas várias vezes, sanando as dúvidas remanescentes do pesquisador, quando elas existirem. Os documentos representam uma fonte “natural” de informação, indo além da mera fonte de informações contextualizadas, surgem em um determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Outra vantagem citada pelas mesmas autoras é o baixo custo quanto ao uso de documentos, exigindo do pesquisador apenas investimento de tempo e atenção para selecionar e analisar os dados mais relevantes. Os documentos são ainda, uma fonte não – reativa, permitindo a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável, ou quando a interação com o sujeito pode alterar seu comportamento ou seus pontos de vista. A pesquisa documental poderá ainda: solucionar situações problemáticas que poderão tornar a pesquisa inviável, como problemas de tempo ou deslocamento por parte do pesquisador. O uso dos documentos possibilita a utilização de outras técnicas de coleta de dados concomitantes, como a entrevista, o questionário ou a observação, para ratificar e validar as informações. Permitirá ainda que o pesquisador estude o problema a partir da própria expressão dos indivíduos.

Essa pesquisa apresentará também um cunho qualitativo, sendo que essa abordagem apresenta características importantes, segundo Lüdke & André (1988) que se enquadram na

pesquisa em educação. O pesquisador está em contato direto com o ambiente e a situação que está sendo investigada; estuda o problema e verifica como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas entre os sujeitos envolvidos. Há uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira de como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas.

Os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados serão a entrevista aberta e o questionário. Embora o uso de questionários, ou entrevista estruturada, venha a dificultar a investigação dos significados mais subjetivos e dos temas mais complexos, esse meio de coleta de dados tem grande utilidade quando se trata de um reduzido número de pessoas ou participantes. Para as entrevistas o número estipulado é o de 4 professores, todos antigos professores da disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da instituição estudada. Esses professores lecionaram a disciplina no período compreendido entre os anos de 1960 e 1996. O número total de professores da disciplina nessas décadas foi de 5, sendo que apenas um deles não fará parte desse levantamento.

Em um segundo momento, participarão desta pesquisa, através dos questionários compostos por questões fechadas, os professores da rede estadual de ensino da cidade de Paranaguá. Serão selecionados apenas aqueles que se graduaram na referida instituição de ensino superior da cidade. Esses professores, segundo dados da Secretaria de Educação, perfazem um total de 59 professores, eles lecionam atualmente nas 18 escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual da referida cidade.

No decorrer desta pesquisa pretende-se verificar se os professores de língua inglesa, antigos alunos licenciados pela instituição de ensino superior, utilizam em suas práticas pedagógicas, a aprendizagem ou os conhecimentos, apreendidos quando cursaram a disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Será verificado como a legislação federal interferiu na prática pedagógica dos professores da disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado.

Considerações finais.

Tem-se como foco a análise da formação dos professores de Língua Inglesa no curso de Licenciatura da faculdade estudada. O embate entre teoria e prática perpassará toda a discussão, porque a análise centrar-se-á na prática pedagógica dos atuais profissionais da rede

estadual e na estrutura da disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. A prática, como descreveu Prado (2004) deve ser entendida como o desenvolvimento das ações realizadas naquele momento, sempre pautada por uma teoria. Essas ações estarão presentes nos cursos de formação de professores e nos estágios curriculares. A correlação entre teoria e prática será um movimento contínuo “entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar”. E o estágio curricular supervisionado, ainda segundo a mesma autora, será “o tempo de aprendizagem que, por meio de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão”. É a observação do trabalho do profissional que possibilita o estágio de observação. A denominação “estágio curricular supervisionado” explica-se pela supervisão do profissional experiente que assiste ao estagiário, nos estágios de observação, participação e regência, e contribui com a ampliação do conhecimento sobre a aplicação dos meios didáticos mais indicados a determinadas situações. Essa supervisão compreende o enriquecimento da futura prática do professor, que é um dos pontos da lista de hipóteses a serem verificadas. Como esta pesquisa ainda encontra-se em andamento várias novas hipóteses poderão surgir e alterar as considerações prévias da análise.

Referências

BRASIL. **Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 292/62**. Estabelece a carga horária das matérias de formação pedagógica.

_____. **Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 52/65**. Fixa critérios para a duração dos cursos superiores.

_____. **Lei n.º 4.024/61**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

_____. **Lei n.º 5.540/68**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988.

PIMENTA, Selma G. O. **Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, Selma G. O; LIMA, Maria do Socorro L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PRADO, Eliane M. **As práticas dos professores de História nas escolas estaduais paulistas nas décadas de 1970 e 1980.** São Paulo. Tese (Doutorado). PEPG Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil.** 8. ed Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

SACRISTÁN, Jose G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.